ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA
ACTA Nº Três

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, sob a presidência de António Soares André e com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

-Apreciação e votação do relatório de prestação de contas do ano financeiro de 2013.

-Apreciação do inventário da Junta de Freguesia.

-Apreciação e votação da primeira modificação ao orçamento para 2014.

-Apreciação e votação da alteração da tabela de taxas da junta de freguesia para 2014.

-Apreciação e votação do regulamento da casa velório da Moita.

-Apreciação do relatório de actividades da junta de freguesia e informação financeira referente ao 1º trimestre de 2014.

A assembleia foi iniciada pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, sem a presença dos deputados da CDU António Rodrigues, que justificou a falta e José Barbeiro que não apresentou qualquer justificação. De imediato se procedeu à leitura da acta da assembleia anterior pelo 1º secretário Darci Fateixa, leitura essa que logo mereceu um pedido de intervenção por parte do deputado do MPM Jorge Marques.

O deputado Jorge Marques insistiu que deveriam ter sido desenvolvidas as cláusulas 7, 9 e 10 do acordo de execução, e achando estar a acta muito confusa para quem a lê. Disse ainda que deveriam ter sido esclarecidas as declarações proferidas entre o deputado da CDU António Rodrigues e ele próprio. Disse mais, ser necessário enviar a acta para os deputados, juntamente com os outros documentos, para estes lerem antes das respectivas assembleias e verificarem se realmente consta lá o que foi dito, pois parte do conteúdo das actas, não transmite a realidade dos acontecimentos passados na assembleia, não revelando pontos importantes que foram discutidos, e havendo também partes da acta de difícil interpretação para quem a lê. O Presidente da Assembleia esclareceu o deputado Jorge Marques, dizendo que

a assembleia foi gravada, não tendo ele conseguido lidar muito bem com o gravador, motivo pelo qual as palavras do deputado Jorge Marques não terem sido transcritas devidamente. A acta foi de seguida colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida foi apresentada pela deputada do partido socialista Ivânia Ascenso uma moção contra o novo mapa judiciário aprovado pelo governo PSD/CDS e lida pela mesma, que na sua aprovação mereceu a unanimidade de todos os deputados. A moção vai fazer parte dos documentos desta assembleia. A deputada Ivânia Ascenso apresentou e leu uma saudação do Partido Socialista ao primeiro de Maio, onde destaca "celebrar o primeiro de Maio é não só estar solidário para com os trabalhadores de todo o mundo, mas também reafirmar o desenvolvimento económico e o progresso social, tornando a sociedade mais justa e fraterna". Ivânia Ascenso leu ainda uma outra nota sobre a intenção do governo em encerrar dezenas de repartições de finanças, sendo de esperar ser uma delas a repartição da Marinha Grande. Se tal vier a acontecer em muito prejudica a população, levando em muitos casos à penhora de bens aos munícipes devido há dificuldade de comunicação com a autoridade tributária. Da moção aprovada contra o novo mapa judiciário, vai ser dado conhecimento à Câmara Municipal.

No período "Antes da Ordem do Dia" pediram para usar da palavra os deputados Jorge Marques do MPM e Iolanda Cardeira do + Concelho.

O deputado Jorge Marques começou por referir, no que diz respeito ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, que não existe ano financeiro de dois mil e treze, existindo sim prestação de contas do ano de dois mil e treze. Saudou as iniciativas do vinte e cinco de Abril, dizendo também da necessidade de se incentivar mais as pessoas para estas iniciativas. Lembrou que o hastear da bandeira devia ter sido efectuado às nove horas. Salientou ter gostado da inauguração da Casa Velório bem como da sessão de esclarecimento sobre a prevenção rodoviária. O deputado do MPM Jorge Marques disse ter proposto algumas alterações ao regimento e esperava que tivessem constado da Ordem de Trabalhos desta assembleia, como havia falado com o deputado do Partido Socialista Darci Fateixa. Foi-lhe explicado o motivo porque estas alterações não constaram da Ordem de trabalhos desta assembleia, motivo esse que se deveu ao facto das convocatórias já terem sido

feitas e enviadas aos deputados com a promessa de tal revisão constar na Ordem de Trabalhos da próxima convocatória. O referido deputado chamou ainda a atenção para a limpeza dos terrenos, em especial os que passam anos sem serem limpos, com matagal a incomodar os vizinhos, salientando também a limpeza das valas. Finda a sua intervenção, usou da palavra a deputada do + Concelho Iolanda Cardeira para questionar o motivo pelo qual um dos fontanários existentes na freguesia havia sido recentemente fechado, sendo abordada nesse sentido por vários moradores. O Presidente da Junta de Freguesia informou a deputada que daria a resposta a esta questão no último ponto da Ordem de Trabalhos.

De seguida se entrou no período "Ordem do Dia" com a apreciação e votação do relatório de prestação de contas do ano dois mil e treze. O Presidente da Junta a quem foi pedida a palavra, explicou as contas apresentadas nos documentos entregues aos deputados, mencionando terem sido positivas embora se tenham afastado um pouco do valor orçamentado.

O deputado do MPM Jorge Marques interviu a seguir para referir não serem aqueles mapas os mais adequados para se fazer a apresentação de contas. Disse que o orçamento na parte das receitas está correcto, não conseguindo fazer uma boa gestão do mapa, onde se gastaram os valores, devendo haver uma melhor informação. Disse não poder votar favoravelmente o relatório devido às dúvidas que este lhe suscita. O Presidente da Junta de Freguesia interveio para dizer ao deputado Jorge Marques que se pode melhorar o relatório, caso este assim o queira, pois a Junta de Freguesia não pretende de modo algum que existam dúvidas na prestação das contas. O deputado Jorge Marques disse pretender ser mais bem informado, revelando discordância com o Presidente da Junta no assunto da prestação de contas. No seu entender foi omitida a falta de documentos legais obrigatórios, não apresentados na prestação de contas de 2013, como o PPP - Plano Plurianual de Investimentos e Relatório de Gestão.

O Relatório foi aprovado por maioria com seis votos a favor e uma abstenção de deputado do MPM, a que se seguiu a aprovação em minuta. O Deputado do MPM Jorge Marques fez uma declaração de voto, que fica apensa a esta acta.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos "Apreciação do Inventário da Junta de Freguesia", o Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Junta um esclarecimento sobre este ponto. O Presidente da Junta referiu haver algum material já em desuso e outro danificado, havendo a necessidade de se fazer uma nova actualização do inventário para o valor patrimonial ficar actualizado. Mais uma vez o deputado Jorge Marques usou da palavra para dizer existirem terrenos sem valores, pretendendo saber se foi por lapso que isso aconteceu. O Presidente da Junta referiu ter sido realmente um lapso. Jorge Marques insistiu dizendo que os bens devem ser identificados e informar se estão no estaleiro ou na Junta de Freguesia, pois caso desapareçam é difícil saber onde estavam. O Presidente da Junta informou o referido deputado que a Junta de Freguesia tem apenas uma funcionária administrativa com trabalho excessivo, o que torna complicado manter a junta a funcionar em termos legais (a 100%) e não tendo a Junta meios para colocar outra funcionária, sendo compreensível a existênciade algumas falhas nas atualizações. Apreciado que foi este ponto, passou-se ao terceiro ponto "Apreciação e votação da primeira modificação ao orçamento para dois mil e catorze".

Instado a pronunciar-se sobre esta modificação, o Presidente da Junta de Freguesia disse ter questionado a Câmara sobre as verbas a serem transferidas para as Juntas este ano, tendo-lhe sido dito que eram iguais às do ano transacto. Referiu que houve reuniões na Câmara a defender os direitos das Juntas de Freguesia sobre alguns valores que não tinham sido pagos, tendo a Câmara dito que iriam rever a situação. O deputado do MPM Jorge Marques interveio a seguir dizendo ter verificado, que as alterações das despesas de capital são inferiores às alterações das despesas correntes, decorrentes da 1ª alteração ao orçamento de 2014, contrariando o que o Sr. Presidente da Junta havia referido na sessão de Dezembro de 2013, antes de se conhecer as atribuições das novas competências das Juntas de Freguesia, alterações essas a ocorrer apenas nas despesas de capital.

O Presidente da Junta referiu a seguir ter de jogar com a verba que tem, pois não é suficiente como desejava. Jorge Marques volta a interferir, dizendo não saber se a Câmara vai realmente transferir as verbas que prometera, logo o excedente é uma mais valia da Junta da Freguesia. Este terceiro ponto da

"Ordem de trabalho" foi votado e aprovado por maioria por seis votos a favor e uma abstenção do deputado Jorge Marques. No quarto ponto da ordem de trabalhos "Apreciação e votação da alteração da tabela de taxas da Junta de Freguesia para 2014", o Presidente da Junta de Freguesia explicou os motivos do aumento de algumas taxas relativas ao cemitério, nomeadamente a concessão de Jazigos. Esta proposta da Junta de Freguesia foi aprovada por unanimidade. No quinto ponto da Ordem de Trabalho "Apreciação e votação do regulamento da casa velório", o Presidente da Junta falou sobre o regulamento elaborado com todos os pormenores necessários, tendo-o proposto a um jurista que o aprovou. Este quinto ponto da Ordem de Trabalhos, foi votado e aprovado por unanimidade dos deputados. No sexto ponto da "Ordem de Trabalhos, reservado à apreciação do relatório de actividades da Junta de Freguesia referente ao 1º trimestre de dois mil e catorze, o Presidente da mesa solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia que fizesse um resumo das actividades do 1º trimestre, tendo o Presidente começado por responder como havia prometido à deputada do Mais Concelho Iolanda Cardeira sobre a questão levantada por ela acerca do fecho de umfontanário.

Disse o Presidente da Junta de Freguesia que durante a requalificação da rua Direita foi necessário substituir a rede de água à qual estava ligado o fontanário. A técnica da C.M. que acompanhava a obra, atenta aos problemas de perdas de água, questionou os moradores da zona para avaliar a necessidade de manutenção da fonte e foi-lhe dito que todos os moradores estavam a ser abastecidos pela rede de águas e que o fontanário não era utilizado pelos moradores. Considerando a resposta e atendendo ao facto de existirem na proximidade mais dois fontanários optou-se pelo seu fecho. Salientou ainda uma visita às instalações escolares com a vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho e ainda na área da saúde um rastreio no dia dez de Abril que motivou uma assinalável aderência de pessoas. Findo o último ponto da Ordem de Trabalhos, entrou-se no período "Depois da Ordem do Dia" reservado ao público.

Neste período apenas um morador, Sr. António da Luz Pedro pretendeu saber se ia ser afixado publicamente o valor a aplicar na casa velório. Convidado a responder, o Sr. Presidente da Junta disse que a taxa de

utilização da Casa-Velórioconstava da tabela de taxas e que estava disponível para consulta na Junta de Freguesia e que iria ser publicada no Site da Junta.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia pelas 00:05H (0 horas e cinco minutos) de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai pelo Presidente e Secretários ser assinada.

Moita, 28 de Abril de 2014

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário